

# TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO PÓS PANDÊMICO

## DIGITAL TRANSFORMATIONS IN HIGHER EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE POST-PANDEMIC CONTEXT

Gladison Luciano Perosini<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-1086-8714>

### RESUMO

Este artigo analisa criticamente os efeitos da pandemia de covid-19 na educação superior brasileira, com ênfase nas transformações digitais, desigualdades estruturais e implicações pedagógicas. A partir de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, investiga-se o uso emergencial das tecnologias digitais como resposta à suspensão das atividades presenciais. Os resultados apontam que o Ensino Remoto Emergencial (ERE), embora necessário para a continuidade acadêmica, acentuou fragilidades históricas do sistema educacional, tais como a exclusão digital, a sobrecarga docente e a precarização do trabalho educativo. Discute-se a insuficiência das políticas públicas diante das demandas do ensino remoto e os riscos da “uberização” da docência. Conclui-se pela urgência de uma transformação digital planejada, inclusiva e crítica, que considere não apenas os meios tecnológicos, mas também os sujeitos envolvidos e suas condições concretas de vida e trabalho. O estudo propõe reflexões sobre modelos híbridos e alternativas pedagógicas sustentáveis no contexto pós-pandêmico.

**Palavras-chave:** ensino remoto emergencial; educação digital; educação superior; desigualdade educacional; transformação pedagógica.

1 Doutorando em Educação na *Universidad Leonardo da Vinci*, Assunção, Paraguai. Email: gladisonperosini@gmail.com

## ABSTRACT

This article critically analyzes the effects of the covid-19 pandemic on Brazilian higher education, focusing on digital transformations, structural inequalities, and pedagogical implications. Adopting a qualitative and exploratory approach, based on bibliographic review and documentary analysis, the study investigates the emergency use of digital technologies in response to the suspension of face-to-face academic activities. The findings reveal that while Emergency Remote Teaching (ERT) enabled the continuity of academic operations, it also exacerbated historical weaknesses in the educational system, such as digital exclusion, teacher overload, and the precarization of academic labor. The article discusses the inadequacy of public policies in meeting the demands of remote education and highlights the risks of “uberization” of teaching practices. The conclusion emphasizes the urgent need for a planned, inclusive, and critical digital transformation—one that considers not only technological tools, but also the real conditions of educators and students. The study offers reflections on hybrid models and sustainable pedagogical alternatives in the post-pandemic context.

**Keywords:** emergency remote teaching; digital education; higher education; educational inequality; pedagogical transformation.

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 deflagrou um período de intensas transformações sociais, culturais e institucionais. Entre os diversos setores impactados, a educação superior se viu obrigada a incorporar, de forma abrupta, as mídias digitais como principal meio de continuidade das atividades pedagógicas. Essa transição emergencial para o chamado Ensino Remoto Emergencial (ERE) evidenciou tensões que transcendem o campo pedagógico, colocando em foco aspectos estruturais e simbólicos que perpassam as relações sociais contemporâneas. Como destacam Belém e Furtado (2020), a suspensão das aulas presenciais exigiu das instituições e de seus profissionais rápidas adaptações, frequentemente desprovidas de suporte técnico e pedagógico adequado.

Nesse contexto, o presente artigo insere-se no campo das Ciências Sociais ao analisar criticamente os efeitos sociais da digitalização emergencial do ensino, compreendendo esse processo não apenas como uma inovação tecnológica, mas como parte de uma reestruturação mais ampla das práticas sociais e das formas de controle e de organização institucional. Galvão e Saviani (2021) observam que o ERE não é neutro: sua implantação reforça processos de precarização do trabalho docente e de alinhamento da educação às lógicas de mercado, representando uma inflexão neoliberal nas políticas educacionais contemporâneas.

A inserção das mídias digitais na educação, portanto, não pode ser examinada apenas sob a ótica de sua funcionalidade técnica. Como propõe Miskolci (2016), vivemos uma era de transformações tecnológicas e sociais indissociáveis, em que os aparatos digitais reconfiguram práticas cotidianas, modos de subjetivação e formas de sociabilidade. No campo educacional, isso se expressa tanto na virtualização das aulas quanto na redefinição das relações entre professores,

estudantes e saberes escolares. A resistência ou a adaptação a esse novo cenário depende fortemente da capacidade das instituições e dos sujeitos em lidar com desigualdades históricas, acesso precário às tecnologias e ausência de políticas públicas estruturantes.

Kenski (2008) complementa essa leitura ao afirmar que a centralidade das tecnologias digitais nas práticas educativas contemporâneas deve ser compreendida pelas transformações sociais que ela provoca – e não apenas por suas propriedades técnicas. A falta de formação docente para o uso crítico das mídias, somada à escassez de recursos nas instituições públicas, acirra as desigualdades já existentes, revelando que a digitalização da educação é, também, um fenômeno social com implicações profundas na produção e na reprodução das desigualdades.

Diante disso, este artigo busca discutir o uso das mídias digitais na educação superior durante a pandemia como um fenômeno social multifacetado, cujos impactos ultrapassam os muros da escola e reverberam em dinâmicas mais amplas da sociedade contemporânea. A partir da análise do ensino remoto emergencial, propomos uma reflexão sobre os desafios sociais, políticos e econômicos da incorporação tecnológica no ensino, contribuindo para o debate sobre a formação docente, a democratização do acesso e a função social da educação no século XXI.

## 2. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com foco na análise crítica dos usos das mídias digitais no contexto da educação superior durante a pandemia da covid-19. A investigação está ancorada em uma revisão bibliográfica e documental, a partir da qual buscamos compreender os sentidos atribuídos ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) e suas implicações sociais, políticas e pedagógicas.

Inicialmente, foi realizada uma revisão conceitual acerca do ERE e da Educação a Distância (EaD), com base em contribuições de autores como Mill e Veloso (2022), Moreira e Schlemmer (2020) e Galvão e Saviani (2021), cujas obras discutem criticamente o papel dessas modalidades no contexto pandêmico. A análise documental se constituiu a partir da seleção de materiais diversos – livros, artigos científicos, teses, dissertações, projetos e documentos institucionais – que abordam a temática da educação superior mediada por tecnologias digitais em tempos de crise sanitária.

O processo de seleção dos materiais obedeceu a critérios de relevância teórica, atualidade (publicações entre 2020 e 2023) e pertinência temática à problemática da pesquisa. Como aporte teórico complementar, recorreremos a autores como Santos (2020), Castro e Queiroz (2020) e Gusso (2020), entre outros, cuja produção contribui para a compreensão das mudanças estruturais e simbólicas no campo educacional impulsionadas pela digitalização emergencial.

A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, orientada pela busca de regularidades e categorias de sentido nos discursos e nas práticas identificadas nos documentos analisados. Procuramos identificar tendências, tensões e reconfigurações que emergem da adoção das mídias digitais como mediadoras do processo educativo, categorizando os dados à luz dos objetivos da pesquisa e dos referenciais das Ciências Sociais, com especial atenção às implicações sociais e políticas do fenômeno investigado.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo organiza-se em três eixos analíticos interdependentes, voltados à compreensão crítica das transformações vivenciadas pela educação superior no contexto da pandemia da covid-19. Inicialmente, discute-se a distinção conceitual e pedagógica entre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e a Educação a Distância (EaD), destacando seus fundamentos, limites e implicações para o processo formativo. Em seguida, analisa-se o avanço das transformações digitais na educação superior, considerando seus impactos institucionais, pedagógicos e sociais. Por fim, abordam-se os desafios contemporâneos enfrentados pelas universidades brasileiras, com ênfase nas desigualdades estruturais, nas políticas públicas educacionais e nos riscos de uma digitalização despolitizada do ensino. Essa organização permite articular tecnologia, educação e justiça social a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada.

### 3.1 ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS

A pandemia da covid-19 impulsionou uma migração abrupta do ensino presencial para práticas mediadas por tecnologias, trazendo à tona a distinção entre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e a Educação a Distância (EaD). Embora ambas utilizem recursos digitais e impliquem distanciamento físico, suas naturezas conceituais e pedagógicas são diferentes. Enquanto o ERE surgiu como uma resposta emergencial para dar continuidade às atividades escolares, a EaD constitui uma modalidade planejada, com fundamentos metodológicos próprios, ambiente virtual estruturado e profissionais capacitados para a mediação pedagógica (Castro; Queiroz, 2020).

Pesquisadores apontam que, na EaD, as tecnologias digitais são concebidas como instrumentos articulados à construção do conhecimento, requerendo planejamento contínuo e estratégias pedagógicas interativas. Esse modelo proporciona maior flexibilidade quanto ao tempo e ao espaço, favorecendo o acesso à educação para grupos historicamente marginalizados (Mill; Veloso, 2022). Já o ERE, por ter sido implementado em caráter temporário e sem planejamento prévio, frequentemente recorreu à mera transmissão de conteúdos, sem assegurar condições adequadas para a aprendizagem (Moreira; Schlemmer, 2020).

É relevante destacar que o ERE não contempla os requisitos essenciais da EaD, como o uso de ambientes virtuais desenvolvidos especificamente para ensino, a presença de tutores e o suporte técnico contínuo. Em muitos contextos, os docentes foram compelidos a adaptar planos de aula originalmente presenciais, sem o devido suporte institucional, o que resultou em sobrecarga de trabalho e fragilização do vínculo pedagógico (Belém; Furtado, 2020).

A literatura também evidencia que o uso intensivo e improvisado de tecnologias digitais durante o ERE não garantiu a qualidade do processo educacional. Ao contrário, houve aumento das desigualdades, sobretudo entre estudantes que não dispunham de equipamentos adequados ou conexão à internet. Essa precarização foi agravada pela ausência de políticas públicas consistentes que orientassem a transição emergencial para o digital (Arruda, 2020; Franco, 2021).

Outra preocupação recai sobre os riscos de instrumentalização das tecnologias educacionais, alinhando-se a interesses mercadológicos. Há autores que observam, nesse cenário, uma possível “uberização” da docência e a consolidação de um modelo de ensino pautado pela lógica do capital, em detrimento da qualidade e da valorização do trabalho docente (Galvão; Saviani, 2021; Borssoi, 2020).

Portanto, compreender as diferenças entre EaD e ERE é crucial para evitar generalizações equivocadas e construir políticas educacionais mais justas e contextualizadas. A crítica ao ERE não se dirige ao uso das tecnologias em si, mas à forma como foram inseridas, sem intencionalidade pedagógica, planejamento institucional ou infraestrutura adequada. O debate deve se concentrar não apenas na eficiência tecnológica, mas nos impactos sociais, éticos e epistemológicos que essas mudanças trazem à educação superior (Kenski, 2008; Miskolci, 2016).

## 3.2 TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A digitalização dos processos educacionais na educação superior não é um fenômeno recente, mas adquiriu novos contornos com a pandemia da covid-19, revelando tensões entre inovação tecnológica, infraestrutura institucional e justiça social. A aceleração da adoção de tecnologias digitais, impulsionada pela necessidade de garantir a continuidade das atividades acadêmicas, expôs a fragilidade das políticas públicas voltadas à transformação digital nas universidades brasileiras (Ferreira; Cunha, 2023).

Não se trata apenas da introdução de ferramentas tecnológicas no cotidiano universitário, mas da reformulação estrutural dos modos de ensinar, aprender, gerenciar e pesquisar. As instituições de ensino passaram a operar sob novas exigências: flexibilidade, personalização, interatividade e conectividade. Esses elementos, embora já presentes nas discussões sobre a educação contemporânea, tornaram-se centrais no contexto da pandemia, reforçando a necessidade de um redesenho pedagógico e organizacional (Pacheco; Santos, 2020).

A incorporação de tecnologias como a inteligência artificial, por exemplo, abre possibilidades para personalização do ensino e otimização de processos institucionais. No entanto, sua adoção demanda reflexões pedagógicas e éticas profundas, pois há riscos de desumanização da prática educativa e aumento das desigualdades, caso o acesso à tecnologia permaneça concentrado em determinados grupos sociais (Nascimento, 2023; Sorj; Guedes, 2005).

O debate sobre transformação digital exige, portanto, uma abordagem integrada, que contemple a formação continuada dos docentes em competências digitais, o investimento em infraestrutura e o desenvolvimento de políticas inclusivas. A literatura demonstra que iniciativas fragmentadas, voltadas apenas à aquisição de equipamentos, não garantem melhorias significativas nos processos formativos. É preciso, como afirmam Gomes e Souza (2022), articular tecnologia e pedagogia de maneira crítica, considerando os contextos sociais e as demandas concretas dos sujeitos envolvidos.

Com base nas experiências acumuladas durante o ensino remoto emergencial, constata-se que a ausência de estratégias de longo prazo comprometeu a efetividade das ações institucionais. Muitos professores e estudantes foram deixados à margem dos processos digitais por falta de orientação adequada e suporte técnico. Esse cenário indica a urgência de políticas estruturadas que não apenas promovam a inovação, mas assegurem condições equitativas de acesso e de permanência na educação superior (Tourinho; Sotero, 2021; Sandoval-Benavides; López-Ornelas, 2025).

A transformação digital, no campo da educação, deve ser entendida como um processo político e cultural, e não apenas técnico. As mudanças demandam participação democrática nas decisões, planejamento coletivo e reconhecimento das desigualdades históricas que atravessam o ensino superior. Ignorar esses aspectos pode significar a consolidação de uma modernização excludente, onde a tecnologia serve mais à reprodução das desigualdades do que à superação delas (Franco, 2021; Roldán, 2024).

### 3.3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A pandemia da covid-19 intensificou desafios históricos da educação superior brasileira, aprofundando contradições estruturais que já vinham sendo diagnosticadas por estudiosos da área. A crise sanitária evidenciou a vulnerabilidade das políticas públicas educacionais diante de reformas de orientação neoliberal, que fragilizam o financiamento estatal e acentuam a lógica de mercado no campo educacional (Santos, 2020).

A adoção emergencial de tecnologias no ensino superior não se deu em um vácuo político. Ela ocorreu em meio à vigência de dispositivos como a Emenda Constitucional n.º 95/2016, que impôs o congelamento dos investimentos sociais, afetando diretamente as universidades públicas e sua capacidade de responder de forma estruturada às exigências do período pandêmico. Essa conjuntura escancarou a precariedade das condições de trabalho docente e as desigualdades no acesso à educação por parte dos estudantes mais vulneráveis (Castro; Queiroz, 2020).

Além da emergência sanitária, as instituições de ensino superior foram forçadas a preservar o calendário acadêmico a qualquer custo, priorizando a continuidade formal das atividades em detrimento de um debate mais profundo sobre os impactos subjetivos, pedagógicos e sociais do ensino remoto. Tal prática, como observado por Borssoi (2020), parece atender mais à lógica da produtividade e da racionalidade instrumental do que aos princípios de uma educação crítica e emancipadora.

Diante da suspensão das aulas presenciais, o uso de meios digitais foi autorizado por meio de medidas normativas como a Portaria MEC n.º 343/2020 e os pareceres CNE/CP n.º 5 e n.º 15/2020. Tais normativas flexibilizaram exigências legais para garantir a continuidade do ensino por vias remotas, inclusive permitindo a substituição temporária de disciplinas presenciais por atividades online. Embora juridicamente válidas, essas medidas foram recebidas com reservas por diversos pesquisadores, que apontaram os riscos de sua institucionalização sem avaliação rigorosa de seus efeitos na aprendizagem e na equidade educacional.

A legislação educacional já reconhecia, mesmo antes da pandemia, a possibilidade de incorporação de atividades na modalidade EaD nos cursos presenciais. No entanto, a pandemia acelerou esse processo sem garantir as condições necessárias para sua execução plena. Como ressaltado por Gusso *et al.* (2020), a ênfase legal no uso de ambientes virtuais não foi acompanhada por políticas que assegurassem conectividade, dispositivos e formação adequada para toda a comunidade acadêmica.

Essa defasagem entre o normativo e o real configurou um cenário de desigualdade informacional e de exclusão digital. Alunos sem acesso a recursos tecnológicos adequados foram deixados à margem do processo de ensino-aprendizagem, revelando como a inclusão digital permanece sendo um desafio urgente no Brasil (Franco, 2021; Sorj; Guedes, 2005).

Apesar dos esforços das instituições e dos docentes, o ensino remoto emergencial evidenciou a precarização das práticas pedagógicas e o desgaste emocional de professores e de estudantes. A ausência de planejamento prévio e de apoio técnico-institucional comprometeu a qualidade das interações, gerando sobrecarga e esgotamento, especialmente entre os docentes, que precisaram conciliar múltiplas demandas em um contexto de incertezas (Galvão; Saviani, 2021).

Mesmo assim, o cenário pandêmico também suscitou debates sobre a possibilidade de um ensino mais conectado com a realidade dos estudantes da geração digital. Nesse sentido, autores como Castro e Queiroz (2020) defendem que as experiências vivenciadas durante a pandemia podem inspirar reflexões críticas sobre metodologias mais participativas, alinhadas às transformações culturais e às tecnológicas da contemporaneidade.

Portanto, os desafios da educação superior no período pós-pandemia ultrapassam a dimensão técnica e tocam em aspectos estruturais, políticos e epistemológicos. A crise revelou que o problema não está nas tecnologias em si, mas na ausência de um projeto educativo que articule a uma concepção de formação crítica, inclusiva e socialmente referenciada. Cabe agora à comunidade acadêmica e à sociedade civil disputar os rumos dessa transformação, para que a digitalização da educação não signifique a sua despolitização.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seção busca analisar, à luz dos dados obtidos, os impactos da pandemia da covid-19 no ensino superior, com foco nas reconfigurações emergenciais provocadas pelo Ensino Remoto Emergencial (ERE). A partir dessa análise, serão discutidos os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior, incluindo questões tecnológicas, pedagógicas e de inclusão digital. As subseções seguintes aprofundam as implicações desse cenário e as possíveis perspectivas para o futuro da educação superior.

### 4.1 IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A pandemia de covid-19 provocou reconfigurações emergenciais na educação superior brasileira, forçando a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE) sem a devida preparação

estrutural ou pedagógica. Tal transição abrupta evidenciou as fragilidades históricas das instituições, especialmente no que se refere à infraestrutura tecnológica e às desigualdades sociais dos estudantes e docentes. Como argumenta Santos (2020), a crise sanitária apenas agravou um cenário de desmonte das políticas públicas educacionais, fruto das orientações neoliberais que precarizam os serviços sociais.

As disparidades no acesso à internet de qualidade e a equipamentos adequados revelaram a dimensão excludente do ensino remoto quando não acompanhado de políticas de inclusão digital. Essas desigualdades, já apontadas por Sorj e Guedes (2005), foram reafirmadas durante a pandemia e ampliaram a marginalização dos sujeitos historicamente desfavorecidos. Para além da infraestrutura precária, houve uma intensificação da carga de trabalho docente, refletida na adaptação improvisada de conteúdos, no atendimento a múltiplas demandas institucionais e no desgaste físico e emocional dos profissionais (Galvão; Saviani, 2021).

Além disso, a mediação pedagógica digital apresentou limites na garantia de processos interativos e formativos mais significativos. Conforme apontado por Mill e Veloso (2022), o ensino remoto reduziu a complexidade das relações pedagógicas a uma transmissão de conteúdo empobrecida, comprometendo a construção coletiva do conhecimento. Assim, o ERE não apenas evidenciou desigualdades já estruturadas no sistema educacional, mas também impôs formas de ensino que careciam de coerência didática e sustentabilidade social.

## 4.2 DESAFIOS TECNOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS

A transposição do modelo presencial para o digital revelou uma série de desafios relacionados à transformação digital na educação superior. A utilização de tecnologias de informação e comunicação, quando desprovida de planejamento pedagógico consistente, não produz avanços qualitativos. Como destacam Moreira e Schlemmer (2020), a tecnologia, por si só, não transforma a prática educativa; é necessário integrá-la a metodologias participativas que valorizem a autonomia e a criticidade dos estudantes.

A ausência de letramento digital e de formação continuada docente tornou-se um obstáculo adicional à consolidação de práticas pedagógicas inovadoras. A integração efetiva de tecnologias digitais requer não apenas familiaridade técnica, mas também um reposicionamento epistemológico do ensino, pautado na interação e na problematização do saber (Ferreira; Cunha, 2023). Nesse sentido, autores como Mill e Veloso (2022) e Gomes e Souza (2022) convergem ao afirmar que a ausência de políticas institucionais voltadas à capacitação contínua acirra a fragmentação do ensino.

Outro aspecto crítico é a segurança digital e a gestão dos dados pessoais no ambiente virtual. A intensificação do uso de plataformas digitais demandou maior atenção à privacidade e proteção de dados, especialmente em conformidade com a LGPD. A ausência de uma política robusta de cibersegurança pode comprometer tanto a integridade acadêmica quanto a confiança da comunidade universitária (Ferreira; Cunha, 2023). A transformação digital, portanto, exige não apenas recursos tecnológicos, mas também políticas institucionais de governança e de ética digital.

## 4.3 DESIGUALDADES E EXCLUSÃO DIGITAL

A emergência sanitária escancarou o abismo digital existente na sociedade brasileira. O acesso desigual às tecnologias digitais consolidou uma exclusão que, embora já presente, adquiriu novos contornos sob o ERE. Conforme discutem Sorj e Guedes (2005), a exclusão digital não se resume ao acesso técnico, mas abrange também a capacidade de uso crítico das tecnologias. Franco (2021) reforça essa leitura ao identificar que as políticas públicas voltadas à inclusão digital no país carecem de articulação sistêmica e financiamento adequado.

Estudantes em situação de vulnerabilidade social foram os mais impactados pelas limitações de conectividade, pela ausência de espaços adequados para o estudo em casa e pela falta de apoio pedagógico institucionalizado. Como argumenta Arruda (2020), a precarização do ensino remoto reproduziu e, em alguns casos, aprofundou as desigualdades sociais existentes, convertendo o direito à educação em um privilégio de poucos.

Nesse contexto, a defesa de uma transformação digital com foco na equidade ganha centralidade no debate contemporâneo sobre a educação superior. Tal transformação deve considerar a distribuição territorial de recursos, a diversidade de perfis estudantis e a ampliação de políticas de permanência. Como destacam Castro e Queiroz (2020), a inclusão digital deve ser entendida como um direito e não como uma concessão.

## 4.4 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A crise pandêmica, embora marcada por desafios severos, proporcionou também a oportunidade de repensar modelos educacionais. A convergência entre ensino presencial e digital, com a emergência do modelo híbrido, tem sido apontada como uma tendência promissora para a educação superior do século XXI (Sandoval-Benavides; López-Ornelas, 2025). Essa nova configuração, no entanto, requer mais do que recursos tecnológicos: ela demanda mudanças culturais, epistemológicas e institucionais.

Autores como Tourinho e Sotero (2021) e Roldán (2024) convergem ao apontar que o futuro da educação superior deve se orientar por valores como flexibilidade, personalização e inclusão. Tais diretrizes exigem um ecossistema de inovação educativa que una políticas públicas consistentes, parcerias intersetoriais e a valorização do trabalho docente. A mera digitalização de conteúdos, sem intencionalidade pedagógica, tende a reiterar práticas transmissivas e excludentes, afastando-se da missão crítica da universidade.

Por fim, a experiência do ERE deve ser compreendida como um alerta e não como um modelo. A retomada das atividades presenciais não significa retrocesso, mas sim uma oportunidade de integrar o que foi aprendido com a mediação tecnológica a projetos educacionais mais democráticos, participativos e sensíveis às realidades sociais dos sujeitos envolvidos. A tecnologia, nesse sentido, deve ser aliada da emancipação e não instrumento de controle e de precarização (Galvão; Saviani, 2021; Santos, 2020).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de covid-19 provocou reconfigurações profundas no campo educacional, evidenciando não apenas desafios técnicos, assim como impactos subjetivos e estruturais sobre docentes e discentes. A imposição do ensino remoto emergencial revelou a fragilidade das políticas educacionais diante de contextos de crise, ao mesmo tempo que forçou a adoção de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais em um curto espaço de tempo e sem o devido preparo institucional (Arruda, 2020; Galvão; Saviani, 2021).

A emergência desse novo cenário aponta para a constituição de um paradigma educacional em transformação, no qual o uso das mídias digitais transcende a instrumentalização técnica e passa a demandar uma nova racionalidade pedagógica. Nesse sentido, como destacam Mill e Veloso (2022), o desafio não reside apenas na adoção de plataformas tecnológicas, mas na sua apropriação crítica e planejada como parte de uma arquitetura educacional robusta e equitativa.

Apesar da natureza contingencial do ensino remoto, este momento histórico contribuiu para repensar as formas de ensinar e de aprender. A experiência vivida nas instituições de ensino superior durante o período pandêmico permitiu identificar rupturas, deslocamentos e resistências no processo educativo, demonstrando que o enfrentamento às adversidades não pode prescindir de investimentos em infraestrutura, qualificação docente e políticas públicas de inclusão digital (Gusso *et al.*, 2020; Ferreira; Cunha, 2023; Franco, 2021).

O avanço acelerado das tecnologias impõe uma pressão sistêmica sobre o sistema educacional, exigindo que as universidades estejam preparadas para atuarem em múltiplas frentes: inovação tecnológica, mediação pedagógica e promoção da equidade social. Como defendem Sandoval-Benavides e López-Ornelas (2025), a transformação digital na educação deve ser concebida como uma oportunidade estratégica, e não como resposta emergencial.

Por fim, é preciso reconhecer que os desdobramentos dessa experiência ainda estão em curso. Os efeitos da pandemia sobre a educação superior continuarão sendo objeto de estudo nos próximos anos, e manter a reflexão ativa sobre esse processo é essencial. A tecnologia, como adverte Santos (2020), deve ser ferramenta de emancipação e não de exaustão ou exclusão. Assim, a continuidade das investigações sobre as mídias digitais no ensino é uma tarefa necessária para fortalecer os princípios democráticos e críticos da educação no século XXI.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Eduardo P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 1, n. 1, p. 621, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BELÉM, Breno de Campos; FURTADO, Geciel Ranieri. A pandemia de covid-19 e o ensino remoto no ensino superior. **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**, v. 2, n. 11, 2020.
- BORSSOI, Berenice Lurdes. Vida humana, trabalho e educação em tempos de pandemia. In: MORAES, Denise Rosana da Silva; SUZUKI, Júlio Cesar; BORGES, Valterlei (orgs.). **Análise de uma pandemia: diálogos políticos e pedagógicos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 194-208.
- BRASIL. Lei n.º 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 14 jun. de 2025.
- CASTRO, Eder Alonso; QUEIROZ, Eliziane Rodrigues de. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia: Revista Interdisciplinar em educação e pesquisa**. Brasília/DF, v. 2, n. 3, p. 3-17, 2020.
- FERREIRA, Ricardo D. C.; CUNHA, João C. da. Transformação digital e políticas educacionais na pandemia: qual o respaldo para a educação superior remota? **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 1, p. 8567, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/8567>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- FRANCO, Ana H. C. Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à Internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro. **Em Questão**, v. 27, n. 1, p. 18, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10102071>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- GALVÃO, Ana Carolina; SAVIANI, Dermeval. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. Brasília/DF, **Universidade e Sociedade**, n. 67, jan. 2021, p. 36-49.
- GOMES, Gustavo F.; SOUZA, Rafael A. C. de. Transformação digital na educação para fomentar competências digitais. **Anais do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**, v. 31, n. 1, p. 22591, 2022. Disponível em: [https://sol.sbc.org.br/index.php/cbie\\_estendido/article/view/22591](https://sol.sbc.org.br/index.php/cbie_estendido/article/view/22591). Acesso em: 13 jun. 2025.
- GUSSO, Hélder Lima *et al.* Ensino Superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Campinas/SP, Debates & Polêmicas**, v. 41, n. 1, p. 1-27, 2020.
- KENSKI, Vani Moreira. Educação e comunicação: interconexões e convergências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104 – especial, p. 647-665, out. 2008.
- MILL, Daniel; VELOSO, Braian. Educação a distância e ensino remoto: oposição pelo vértice. **SciELO Preprints**. jan. 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3506/6410>. Acesso em: 29 maio de 2025.

MISKOLCI, Richard. Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, Goiânia/GO, v. 20, n. 26, mai. 2020.

NASCIMENTO, Carlos C. do. Inteligência artificial no ensino superior: da transformação digital aos desafios da contemporaneidade. **Publicações**, v. 1, n. 1, p. 788, 2023. Disponível em: <https://www.editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/article/view/788>. Acesso em: 17 jul. 2025.

PACHECO, Ricardo C. dos S.; SANTOS, Natália dos. Transformação digital na Educação Superior: modos e impactos na universidade. **Revista Nupem**, v. 1, n. 1, p. 5631, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5631>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PRIMO, Renan. Quais os limites para o ensino a distância? In: MORAES, Denise Rosana da Silva; SUZUKI, Júlio Cesar; BORGES, Valterlei (orgs.). **Análise de uma pandemia: diálogos políticos e pedagógicos**. São Paulo/SP: FFLCH/USP, 2020, p. 136- 141.

ROLDÁN, Oscar G. Sobre a transformação digital na educação. In: **Organização de estados ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura (OEI)**. Temas de agenda en la transformación de la educación en Iberoamérica. Madrid: OEI, 2024. p. 52. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2024/07/temas-de-agenda-en-la-transformacion-de-la-educacion-en-iberoamerica.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANDOVAL-BENAVIDES, Victor L.; LÓPEZ-ORNELAS, Miguel. Transformação digital no ensino superior sob uma perspectiva internacional: mapeamento sistemático da literatura. **Texto Livre**, v. 18, n. 1, p. 7Xwts5bdy95XbpQ5PPGNbBh, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tl/a/7Xwts5bdy95XbpQ5PPGNbBh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. Ebook. Disponível em: [https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro\\_Boaventura.pdf](https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf). Acesso em: 26 maio. 2025.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Leda E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 224, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/vZ6fSRKr6SDKBHP6vdxbgTP/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

TOURINHO, Luís O. S.; SOTERO, Ana P. da S. Direito educacional e o ensino remoto temporário na educação superior durante a pandemia do coronavírus: a emergência da transformação digital. **Revista Práxis**, v. 1, n. 1, p. 2590, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revista-praxis/article/view/2590>. Acesso em: 12 jul. 2025.

(Recebido para publicação em 18 de julho de 2025)

(Aprovado para publicação em 19 de setembro de 2025)